

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – E.M. Nº 001 / 2023 – SEFA
Belém (PA), 27 de janeiro de 2023

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

1. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou Órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas aos demonstrativos: da despesa com pessoal, da dívida consolidada, das garantias e contragarantias de valores, das operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido do demonstrativo referente à disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e dos Restos a Pagar.

3. As demonstrações que compõem o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados neles contidos, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2022, se encerra em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência..

5. Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao 3º quadrimestre de 2022 (setembro a dezembro), período de referência janeiro a dezembro.

Respeitosamente,

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO													R\$ 1,00	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(Últimos 12 meses)													
	LÍQUIDADAS													
	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (i)	1.088.490.614,73	1.130.217.438,36	1.125.680.312,39	1.313.445.746,45	1.325.709.846,27	1.393.964.729,52	1.361.362.856,16	1.360.993.977,66	1.567.251.401,09	1.384.555.240,83	1.347.273.509,47	2.183.071.200,27	16.877.016.573,20	0,00
Pessoal Ativo	750.446.571,32	775.611.709,65	764.707.733,39	905.481.709,67	889.935.134,89	964.618.610,71	930.411.225,61	936.412.137,22	1.238.861.903,58	971.545.521,23	927.324.210,11	1.558.140.755,77	11.613.469.263,15	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	616.700.856,67	625.059.302,15	628.023.996,23	727.327.962,72	721.801.425,02	790.126.129,90	757.149.667,85	751.212.019,65	1.060.437.784,94	777.406.471,17	755.547.573,19	1.181.221.151,52	9.302.014.341,01	
Obrigações Patronais	133.747.714,65	150.552.407,50	136.683.377,16	178.153.746,95	168.133.709,87	174.492.480,81	173.261.557,76	185.200.117,57	178.424.118,64	194.139.050,06	171.778.636,92	376.915.644,25	2.221.484.922,14	
Pessoal Inativo e Pensionistas	338.042.043,41	354.605.728,71	360.972.579,00	407.984.036,78	435.774.811,38	429.346.119,81	430.951.630,55	424.581.440,44	618.389.497,51	413.009.719,60	419.883.112,68	624.930.404,50	5.258.451.123,57	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	277.381.314,36	292.721.483,88	298.010.341,41	341.227.420,61	368.493.854,60	362.512.055,37	354.204.980,90	352.543.757,11	515.301.766,75	348.023.010,21	349.582.688,01	621.648.177,67	4.379.650.850,98	
Pensões	60.660.729,03	61.884.244,83	62.962.237,59	66.736.616,17	67.280.956,78	66.834.063,44	76.746.649,57	72.037.683,33	103.087.730,76	66.986.709,39	70.300.424,87	103.282.226,83	878.800.272,59	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													66.186,48	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ii) (§ 1º do art. 19 da LRF)	181.617.004,32	227.879.604,47	230.356.971,21	264.023.859,84	270.616.967,65	299.489.875,65	285.296.843,84	301.508.798,21	339.327.578,57	262.795.190,69	354.004.974,32	543.142.514,96	3.560.060.183,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	84.908,84	15.000,26	43.369,98	52.675,96	57.886,02	67.139,52	6.535,07	104.859,51	323.587,10	23.783,22	857.038,37	1.636.843,85	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	10.610.463,19	36.087.975,32	39.935.951,46	31.103.030,86	34.636.668,91	38.408.581,54	23.870.122,31	26.652.421,56	17.052.157,41	16.006.430,53	16.361.846,75	93.961.532,99	339.389.182,85	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração*	21.933,56	1.647.488,78	1.106.747,01	1.328.237,75	2.804.667,69	1.046.778,41	6.531.645,43	2.222.047,36	2.603.561,55	1.826.894,34	2.388.409,26	10.178.345,71	33.706.756,88	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	170.984.607,57	190.079.231,53	189.299.212,48	231.549.221,23	233.122.957,09	259.976.629,68	255.127.936,58	272.627.794,19	319.567.000,10	244.636.278,72	335.230.933,09	483.125.597,89	3.185.327.400,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (iii) = (i - ii)	906.873.610,41	902.337.833,89	895.323.341,18	1.049.421.886,61	1.055.092.878,62	1.094.474.853,87	1.076.066.012,32	1.059.484.779,45	1.517.923.822,62	1.121.760.050,14	993.268.535,15	1.639.928.685,31	13.311.956.389,47	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (iv)		34.296.177.567,37	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		11.565.061,17	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16º, da CF) (vi)		86.310.663,09	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (vii) = (iv - V - Vi)		34.188.301.843,20	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (viii) = (iii + b - iii b)		13.311.956.389,47	38,93
LIMITE MÁXIMO (ix) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		16.620.374.695,80	48,60
LIMITE PREVIDENCIAL (x) = (0,95 x ix) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		15.789.355.961,01	46,17
LIMITE DE ALERTA (xi) = (0,90 x ix) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		14.958.337.226,22	43,74

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data da Emissão 23/Janeiro/2023 e hora de emissão 10h46m

Notas:

*Os valores constantes nas linhas "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais" e "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada" foram obtidos mediante o demonstrativo disponível no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (www.gov.br/tesouronacional).

No mês de Maio de 2022, na linha Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração, foi acrescido o valor de R\$ 714.463,36, e no mês de Dezembro, foi acrescido o valor de R\$ 6.561.913,15, referente a DCA liquidadas de 2022, que não constavam na apuração do 1º Quadrimestre, e 2º Quadrimestre, devido estarem dentro do período apuração, respectivamente.

Paulo Roberto Paiva de Oliveira Diretor de Gestão Contábil e Fiscal		José Rubens Barreiros de Leão Auditor Geral do Estado			
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ					
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL					
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A DEZEMBRO/2022					
René de Oliveira e Sousa Júnior Secretário de Estado da Fazenda					

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	97.392.207,00	64.928.138,20	32.464.069,40	105.500.000,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	162.649.508,71	165.980.553,43	165.980.553,43	308.430.716,23
PASSIVO ATUARIAL	146.107.565,33	37.598.725,72	23.891.584,19	280.808.237,92
RP NÃO-PROCESSADOS				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO				
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP				
APROPRIAÇÃO DE DEPOSITOS JUDICIAIS*	359.076.809,37	393.415.473,83	319.739.632,40	404.788.048,81
FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 20/Janeiro/2023 e Hora de emissão 14h00min				
Notas:				
*As referidas linhas, a partir da apuração referente ao 2º Quadrimestre de 2022, passaram a evidenciar fielmente as orientações de preenchimento conforme mapeamento metodológico divulgado pela STN, obedecendo as instruções previstas no MDF (STN) 12ª Edição, pag. 567, Item (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados. A composição da linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (DRVV) é formada pelas seguintes rubricas (de curto e longo prazo): Consignações, Depósitos Judiciais, Depósitos não Judiciais e transferências Vinculadas, deduzidas dos valores do RPPS (IGEPREV) e dos Depósitos Judiciais de natureza tributária. Portanto, os valores decorrentes dos depósitos judiciais conforme disposto na Lei Estadual nº 8.312/2015, que regulamenta a Lei Complementar Federal nº 151/2015 serão evidenciados da seguinte forma: Os de natureza tributária na linha (Apropriação de Depósitos Judiciais) e os pertencentes a terceiros dentro da composição da linha (DRVV) seguindo orientação prevista no MDF (STN). Os valores de depósitos judiciais em que o Estado não faz parte da lide passam a ser informados na linha (DRVV) deduzindo da Disponibilidade de Caixa Bruta, repercutindo na composição da DCL.				

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
				Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000		97.392.207,00		64.928.138,20	32.464.069,40	105.500.000,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)		162.649.508,71		165.980.553,43	165.980.553,43	308.430.716,23
PASSIVO ATUARIAL		146.107.565,33		37.598.725,72	23.891.584,19	280.808.237,92
RP NÃO-PROCESSADOS						
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO						
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP						
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS¹		359.076.809,37		393.415.473,83	319.739.632,40	404.788.048,81
¹FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 20/Janeiro/2023 e Hora de emissão 14h00min						
Notas:						
¹As referidas linhas, a partir da apuração referente ao 2º Quadrimestre de 2022, passaram a evidenciar fielmente as orientações de preenchimento conforme mapeamento metodológico divulgado pela STN, obedecendo as instruções previstas no MDF (STN) 12ª Edição, pág. 567. Item ((-)) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados). A composição da linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (DRVV) é formada pelas seguintes rubricas (de curto e longo prazo): Consignações, Depósitos Judiciais, Depósitos não Judiciais e transferências Vinculadas, deduzidas dos valores do RPPS (IGEPREV) e dos Depósitos Judiciais de natureza tributária. Portanto, os valores decorrentes dos depósitos judiciais conforme disposto na Lei Estadual nº 8.312/2015, que regulamenta a Lei Complementar Federal nº 151/2015 serão evidenciados da seguinte forma: Os de natureza tributária na linha (Apropriação de Depósitos Judiciais) e os pertencentes a terceiros dentro da composição da linha (DRVV) seguindo orientação prevista no MDF (STN). Os valores de depósitos judiciais em que o Estado não faz parte da lide passam a ser informados na linha (DRVV) deduzindo da Disponibilidade de Caixa Bruta, repercutindo na composição da DCL.						
Paulo Roberto Paiva de Oliveira Diretor de Gestão Contábil e Fiscal				José Rubens Barreiros de Leão Auditor Geral do Estado		
Renê de Oliveira e Sousa Júnior Secretário de Estado da Fazenda						